

# Demonstrações Contábeis 2023



MINISTÉRIO DA  
CULTURA





# SUMÁRIO

1. DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DCON -----	3
1.1 APRESENTAÇÃO - CONTEXTO OPERACIONAL -----	3
1.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR -----	4
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -----	8
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL-----	8
2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -----	9
2.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO -----	10
2.4 BALANÇO FINANCEIRO -----	11
2.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -----	14
2.6 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS -----	15
2.7 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS -----	16
2.8 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS -----	20
2.9 PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS -----	20
2.10 ACESSO À INFORMAÇÃO - PUBLICAÇÃO DAS DCON: PATRIMONIAIS -----	21
3. TABELAS EXTRAÍDAS DO SIAFI -----	30
3.1 BALANÇO PATRIMONIAL -----	30
3.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS ---	31
3.3 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO -----	32
3.4 BALANÇO FINANCEIRO -----	34
3.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA -----	34
3.6 BASE NORMATIVA -----	35



# 1. Divisão de Contabilidade – DCON

## 1.1 Apresentação - Contexto Operacional

O Instituto Brasileiro de Museus - Ibram é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura – MinC, possui personalidade Jurídica de Direito Público, foi criado por meio da Lei 11.906/2009, com sede e foro em Brasília/DF, possui 02 (dois) escritórios regionais de representação: 01 (um) em Minas Gerais e outro no Rio de Janeiro, além de 30 (trinta) museus vinculados distribuídos em diversos estados brasileiros. O Ibram sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

A Autarquia é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor, tais como, aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

Quanto às normas legais, o Ibram observa a Lei n.º 8.112/90 na contratação dos seus servidores, a Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 14.133/21 para contratação dos seus fornecedores e a Lei n.º 4.320/64 para suas finanças públicas bem como a Lei Complementar n.º 101/2000 - LRF.

O Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal é o principal instrumento utilizado para o registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal.

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de dois contadores devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, habilitados no Siafi e atualizados na tabela de UG compondo o rol de responsáveis pela conformidade contábil do Ibram, não possuindo a função de emitir documentos no Siafi

nem responsáveis pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315.

## 1.2 Declaração do Contador

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto n.º 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Seccional de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,
- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,
- Museu Villa-Lobos e

- Museus Castro Maya.

Importante destacar que algumas dessas unidades museológicas supramencionadas estão em processo de extinção, em atendimento à Portaria SEGES/ME 13.623/2019, que estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – Uasg, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibiam é realizada por esta Divisão de Contabilidade. Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal). Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e
- Notas Explicativas.

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

### **Ressalvas:**

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado e intangível. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão / doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei n.º 11.906/2009. Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores. Cabe ressaltar que esta autarquia adquiriu o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.
- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e no manual Siafi visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.
- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei n.º 4.320/1964.

- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem. Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

### **Declaração:**

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2023, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas anteriormente apontadas.

Brasília/DF, 26 de janeiro de 2024.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus





## 2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 Balanço Patrimonial

		R\$ Reais	
ATIVO		2023	2022
Ativo Circulante		16.389.936,19	13.324.996,90
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.239.300,28	12.085.865,28
Créditos a Curto Prazo		6.928.702,55	1.002.472,15
Demais Créditos e Valores a Curto Prazos		6.928.702,55	1.002.472,15
Estoques		221.933,36	236.659,47
Ativo Não Circulante		482.768.302,04	479.650.772,77
Ativo Realizável a Longo Prazo		20.449,16	27.102,01
Créditos a Longo Prazo		20.449,16	27.102,01
Dívida Ativa Não Tributária		20.449,16	27.102,01
Imobilizado		482.678.201,62	479.554.019,50
Bens Móveis		46.838.566,02	50.786.591,10
Bens Móveis		52.316.270,17	50.875.303,74
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-5.477.704,15	-88.712,64
Bens Imóveis		435.839.635,60	428.767.428,40
Bens Imóveis		439.895.121,95	430.845.452,69
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	4.055.486,35	- 2.078.024,29
Intangível		69.651,26	69.651,26
Softwares		58.495,00	58.495,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		11.156,26	11.156,26
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>499.158.238,23</b>	<b>492.975.769,67</b>

		R\$ Reais	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2023	2022
Passivo Circulante		42.404.342,73	42.276.110,78
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo		8.574.790,72	6.251.903,36
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo		929.797,89	4.269.848,85
Transferências Fiscais a Curto Prazo		355.000,00	1.211.209,71
Demais Obrigações Curto Prazo		32.544.754,12	30.543.148,86
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>42.404.342,73</b>	<b>42.276.110,78</b>
Patrimônio Líquido		456.753.895,50	450.699.658,89
Demais Reservas		23.511.921,47	-
Resultados Acumulados		433.241.974,03	450.699.658,89
Resultado do Exercício		-9.267.514,11	-2.267.161,39
Resultados de Exercícios Anteriores		447.597.468,02	442.746.695,13
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	5.087.979,88	10.220.125,15
<b>TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>499.158.238,23</b>	<b>492.975.769,67</b>

Fonte: SIAFI



## 2.2 Demonstração das Variações Patrimoniais

		R\$ Reais	
	NE	2023	2022
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>1.208.972.641,46</b>	<b>321.197.387,52</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.797.105,31</b>	<b>1.294.865,93</b>
Venda de Mercadorias		7.085,47	11.815,30
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.790.019,84	1.283.050,63
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1.193.202.170,68</b>	<b>316.891.092,04</b>
Transferências Intragovernamentais		815.926.847,72	315.240.855,73
Outras Transferências e Delegações Recebidas		377.275.322,96	1.650.236,31
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>13.807.466,61</b>	<b>2.901.871,13</b>
Reavaliação de Ativos		-	787.297,19
Ganhos com Incorporação de Ativo		6.578.658,12	160.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		7.228.808,49	1.954.573,94
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>165.898,86</b>	<b>109.558,42</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		165.898,86	109.558,42
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>1.208.972.641,46</b>	<b>321.197.387,52</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1.218.240.155,57</b>	<b>323.464.548,91</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>49.857.436,65</b>	<b>46.786.496,49</b>
Remuneração a Pessoal		38.945.434,58	36.305.191,46
Encargos Patronais		7.253.888,77	7.275.213,85
Benefícios a Pessoal		3.402.747,48	2.841.026,31
Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos		255.365,82	365.064,87
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>29.561.356,71</b>	<b>26.544.166,88</b>
Aposentadoria e Reformas		27.414.291,35	24.622.446,88
Pensões		1.512.412,43	1.262.887,67
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		634.652,93	658.832,33
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>81.233.510,03</b>	<b>72.720.022,47</b>
Uso de Materiais de Consumo		261.832,30	329.913,04
Serviços de Terceiros		78.798.738,15	72.019.842,40
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.172.939,58	370.267,03
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>31.265,82</b>	<b>2.797,21</b>
Juros e Encargos de Mora		31.265,82	2.797,21
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>1.034.036.546,50</b>	<b>165.242.144,20</b>
Transferências Intragovernamentais		649.883.548,24	159.056.320,24
Transferências Intergovernamentais		3.418.907,00	4.055.553,08
Transferências ao Exterior		2.771.042,00	503.688,02
Outras Transferências e Delegações Concedidas		377.963.049,26	1.626.582,86
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>23.310.293,92</b>	<b>11.865.488,98</b>
Perdas Involuntárias		25.155,25	-
Incorporação de Passivos		8.575.551,42	8.479.638,47
Desincorporação de Ativos		14.709.587,25	3.385.850,51
<b>Tributárias</b>		<b>36.982,20</b>	<b>65.121,43</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.671,31	12.875,56
Contribuições		33.310,89	52.245,87
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>172.763,74</b>	<b>238.311,25</b>
Premiações		-	175.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		172.763,74	63.311,25
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>1.218.240.155,57</b>	<b>323.464.548,91</b>
<b>Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)</b>		<b>-9.267.514,11</b>	<b>-2.267.161,39</b>

Fonte: SIAFI

## 2.3 Balanço Orçamentário

R\$ Reais

Receitas Orçamentárias	NE	RECEITAS			
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
<b>Receitas Correntes</b>		<b>733.781,00</b>	<b>733.781,00</b>	<b>1.811.052,04</b>	<b>1.077.271,04</b>
Receita Patrimonial		11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
<b>Receita de Serviços</b>		<b>722.193,00</b>	<b>722.193,00</b>	<b>1.717.911,87</b>	<b>995.718,87</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
<b>Outras Receitas Correntes</b>				<b>13.946,73</b>	<b>13.946,73</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				13.342,53	13.342,53
Demais Receitas Correntes				604,20	604,20
<b>Total Receitas Correntes (I)</b>		<b>733.781,00</b>	<b>733.781,00</b>	<b>1.811.052,04</b>	<b>1.077.271,04</b>
<b>DÉFICIT (II)</b>				<b>187.293.371,53</b>	<b>187.293.371,53</b>
<b>Total (III) = I + II</b>		<b>733.781,00</b>	<b>733.781,00</b>	<b>189.104.423,57</b>	<b>188.370.642,57</b>
<b>Créditos Adicionais Abertos</b>		-	<b>46.912.685,00</b>		
Créditos Cancelados		-	46.912.685,00		

R\$ Reais

Despesas Orçamentárias	NE	DESPESAS					
		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Despesas Correntes</b>		<b>232.726.225,00</b>	<b>185.675.375,00</b>	<b>178.554.023,89</b>	<b>151.635.820,85</b>	<b>144.025.276,37</b>	<b>7.121.351,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais		70.409.083,00	73.606.186,00	73.494.232,06	73.445.165,66	67.901.132,75	111.953,94
Outras Despesas Correntes		162.317.142,00	112.069.189,00	105.059.791,83	78.190.655,19	76.124.143,62	7.009.397,17
<b>Despesas de Capital</b>		<b>4.966.102,00</b>	<b>5.104.267,00</b>	<b>10.550.399,68</b>	<b>543.655,34</b>	<b>543.655,34</b>	<b>- 5.446.132,68</b>
Investimentos		4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	- 5.446.132,68
<b>Total Despesas Orçamentárias</b>		<b>237.692.327,00</b>	<b>190.779.642,00</b>	<b>189.104.423,57</b>	<b>152.179.476,19</b>	<b>144.568.931,71</b>	<b>1.675.218,43</b>

Fonte: SIAFI

R\$ Reais

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR							
NE	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
Restos a Pagar Não Processados	3.504.985,33	25.361.594,41	15.480.643,10	15.452.190,59	3.219.971,13	10.194.418,02	
Restos a Pagar Proc. e Não Proc. Liquidados	26.682,23	10.872.998,27	-	10.841.985,42	2.319,95	55.375,13	
<b>TOTAL</b>							

Fonte: SIAFI

## 2.4 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro permite acompanhar a receita auferida e a despesa paga pela instituição por destinação de recurso, onde é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior. Também é possível visualizar os ingressos (receita) e os dispêndios (despesas) em orçamentários e extraorçamentários.

Tabela : Balanço Financeiro

Balanço Financeiro				
INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AV%	AH%
Receitas Orçamentárias	1.811.052,04	1.298.199,09	0,44	39,50
Ordinárias	-	-	-	-
Vinculadas	1.811.052,04	1.298.199,09	0,44	39,50
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.811.052,04	-	0,44	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.298.199,09	0,00	(100,00)
Transferências Financeiras Recebidas	352.351.902,18	315.240.855,73	85,73	11,77
Resultantes da Execução Orçamentária	316.505.994,56	278.202.607,01	77,01	13,77
Repasse Recebido	154.689.811,76	138.931.104,33	37,64	11,34
Sub-repasse Recebido	161.816.182,80	139.271.502,68	39,37	16,19
Independentes da Execução Orçamentária	35.845.907,62	37.038.248,72	8,72	(3,22)
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.709.293,15	37.006.440,67	8,45	(6,21)
Demais Transferências Recebidas	-	3.772,38	0,00	(100,00)
Movimentação de Saldos Patrimoniais	51.945,99	28.035,67	0,01	85,29
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.668,48	-	0,26	-
Recebimentos Extraorçamentários	44.741.444,77	35.966.627,93	10,89	24,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.610.544,48	10.407.240,40	1,85	(26,87)
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	36.924.947,38	25.361.594,41	8,98	45,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.897,93	91.567,86	0,01	(48,78)
Outros Recebimentos Extraorçamentários	159.054,98	106.225,26	0,04	49,73
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	450,00	-	0,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	158.604,98	106.225,26	0,04	49,31
Saldo do Exercício Anterior	12.085.865,28	7.551.450,49	2,94	60,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49	2,94	60,05
TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24	100,00	14,15

Tabela : Balanço Financeiro

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	AV%	AH%
Despesas Orçamentárias	189.104.423,57	165.011.887,47	46,01	14,60
Ordinárias	116.225.510,27	128.236.245,04	28,28	- 9,37
Vinculadas	72.878.913,30	36.775.642,43	17,73	98,17
Seguridade Social (Exceto Previdência)	27.517.473,13	1.596.162,20	6,70	1.623,98
Previdência Social (RPPS)	-	22.935.289,14	-	- 100,00
Dívida Pública	38.573.560,89	-	9,39	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.787.879,28	-	1,65	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	12.244.191,09	-	- 100,00
Transferências Financeiras Concedidas	186.307.151,52	159.006.457,34	45,33	17,17
Resultantes da Execução Orçamentária	167.590.369,57	139.849.181,02	40,78	19,84
Repasse Concedido	5.774.186,77	577.678,34	1,40	899,55
Sub-repasse Concedido	161.816.182,80	139.271.502,68	39,37	16,19
Independentes da Execução Orçamentária	18.716.781,95	19.157.276,32	4,55	- 2,30
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.460.261,30	19.009.753,50	4,25	- 8,15
Demais Transferências Concedidas	-	37.152,01	-	- 100,00
Movimento de Saldos Patrimoniais	171.852,17	110.370,81	0,04	55,70
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.668,48	-	0,26	-
Pagamentos Extraorçamentários	26.339.388,90	23.952.923,15	6,41	9,96
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.841.985,42	5.850.833,11	2,64	85,31
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.452.190,59	17.935.316,11	3,76	- 13,84
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.761,71	116.911,03	0,01	- 62,57
Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.451,18	49.862,90	0,00	- 97,09
Saldo para o Exercício Seguinte	9.239.300,28	12.085.865,28	2,25	- 23,55
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28	2,25	- 23,55
<b>TOTAL</b>	<b>410.990.264,27</b>	<b>360.057.133,24</b>	<b>100,00</b>	<b>14,15</b>

Em relação aos Ingressos, percebe-se que a maioria são orçamentários (86%), apenas aproximadamente 11% são extraorçamentários e o restante (3%) é proveniente de saldo do exercício anterior.

Houve um aumento geral nos ingressos e dispêndios de 14,15%. No que tange os ingressos, destacam-se os aumentos de 11,8% nas transferências financeiras recebidas e 24,4% nos recebimentos extraorçamentários – principalmente devido a inscrição de restos a pagar não processados, que subiu 45,6%.

Referente aos Dispêndios, as maiores saídas são as despesas orçamentárias, representando 46% do total de dispêndios, e as transferências financeiras concedidas, que representam 45,3% do total de saídas. Há ainda os pagamentos Extraorçamentários com 6,4% e o saldo para o exercício seguinte com 2,3%.

Vale destacar que os aumentos são mais justificados com o grande aumento das despesas orçamentárias vinculadas em 98,2%. Quanto às transferências financeiras concedidas, a conta de Repasse Concedido decuplicou com um aumento de aproximadamente 900%.

O aumento dos pagamentos extraorçamentários (aproximadamente 10%) provém do aumento de 85,3% de pagamento de restos a pagar processados, mesmo com diminuição de todas as outras contas neste grupo.

Ainda é possível destacar que o saldo para o exercício seguinte apresentou uma queda de 23,55%.

## 2.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

		R\$ Reais	
	NE	2023	2022
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		<b>1.823.709,95</b>	<b>12.606.504,14</b>
<b>Ingressos</b>		<b>354.368.457,13</b>	<b>316.736.847,94</b>
Receita Patrimonial		79.193,44	34.509,63
Receita de Serviços		1.717.911,87	1.260.356,30
Outras Receitas Derivadas e Originárias		13.946,73	3.333,16
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>		<b>352.557.405,09</b>	<b>315.438.648,85</b>
Ingressos Extraorçamentários		46.897,93	91.567,86
Transferências Financeiras Recebidas		352.351.902,18	315.240.855,73
Arrecadação de Outra Unidade		158.604,98	106.225,26
<b>Desembolsos</b>		<b>-352.544.747,18</b>	<b>-304.130.343,80</b>
<b>Pessoal e demais Despesas Correntes</b>		<b>-151.852.140,06</b>	<b>-134.356.093,30</b>
Administração		-5.090,00	-
Previdência Social		-27.479.780,15	-24.749.975,60
Cultura		-124.325.617,64	-109.089.208,73
Direitos da Cidadania		-42.102,27	-516.908,97
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		450,00	-
<b>Transferências Concedidas</b>		<b>-14.340.242,71</b>	<b>-10.601.019,23</b>
Intergovernamentais		-219.100,00	-100.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal		-219.100,00	-100.000,00
Intragovernamentais		-7.294.084,00	-7.252.987,84
Outras Transferências Concedidas		-6.827.058,71	-3.248.031,39
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>		<b>-186.352.364,41</b>	<b>-159.173.231,27</b>
Dispêndios Extraorçamentários		-43.761,71	-116.911,03
Transferências Financeiras Concedidas		-186.307.151,52	-159.006.457,34
Demais Pagamentos		-1.451,18	-49.862,90
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos</b>		<b>-4.670.274,95</b>	<b>-8.072.089,35</b>
<b>Desembolsos</b>		<b>-4.670.274,95</b>	<b>-8.072.089,35</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.670.274,95	-8.072.089,35
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>-2.846.565,00</b>	<b>4.534.414,79</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		12.085.865,28	7.551.450,49
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		9.239.300,28	12.085.865,28

Fonte: SIAFI



## 2.6 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Notas Explicativas.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas na conta única.



## 2.7 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

- Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.
- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.
- Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) transferências concedidas; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

- Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição (custo) ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado (valor justo).
- Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.
- Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo, ou seja, aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer

perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.
- Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;
- Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demons-

trações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

- Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

- Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.

- No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Sal-

do Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

## **2.8 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> que cita a situação em que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

## **2.9 Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:**

- a) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis: a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.
- b) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias: a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

## 2.10 Acesso à Informação - Publicação das DCON: Patrimoniais

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas estão publicadas no site do Ibram e podem ser acessadas na sua íntegra por meio do endereço eletrônico <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis>.

Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

### NOTA 01 – Caixa e equivalentes

Tabela: Caixa e Equivalentes R\$

Mês Lançamento	dez/23	dez/22	AV%	AH%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	22.514,64	19.928,42	0,24	12,98
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - OFSS	3.465.216,03	2.568.696,81	37,51	34,90
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto (autorização)	5.751.569,61	9.497.240,05	62,25	(39,44)
Total:	9.239.300,28	12.085.865,28	100	(23,55)

Fonte: Siafi

Os recursos financeiros registrados na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Ibram têm a finalidade de fazer frente aos encargos assumidos na execução das despesas ao longo do exercício. Possuem em sua composição recursos aplicados na conta Caixa Econômica Federal (cauções e garantias), recursos recebidos do Tesouro Nacional (fonte Tesouro) e recursos próprios advindos das arrecadações das unidades museológicas (fonte própria).

Os valores depositados na Caixa Econômica Federal, que são relativos a depósito em caução por exigência contratual, corresponderam a menos de 1% dos recursos do órgão e seu aumento em aproximadamente 13% em relação ao ano passado ocorreu em virtude da assinatura de novos contratos que utilizam o depósito em caução como meio de garantia contratual.

A conta “Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento” compreende recursos provenientes do Tesouro, recursos próprios e outros. Esses recursos servem para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Enquanto os recursos não utilizados na fonte Tesouro são devolvidos



ao final de cada exercício, os recursos próprios permanecem na conta do órgão. Vale ressaltar que todo o recurso na fonte Tesouro foi devidamente e devolvido no encerramento do exercício de 2022.

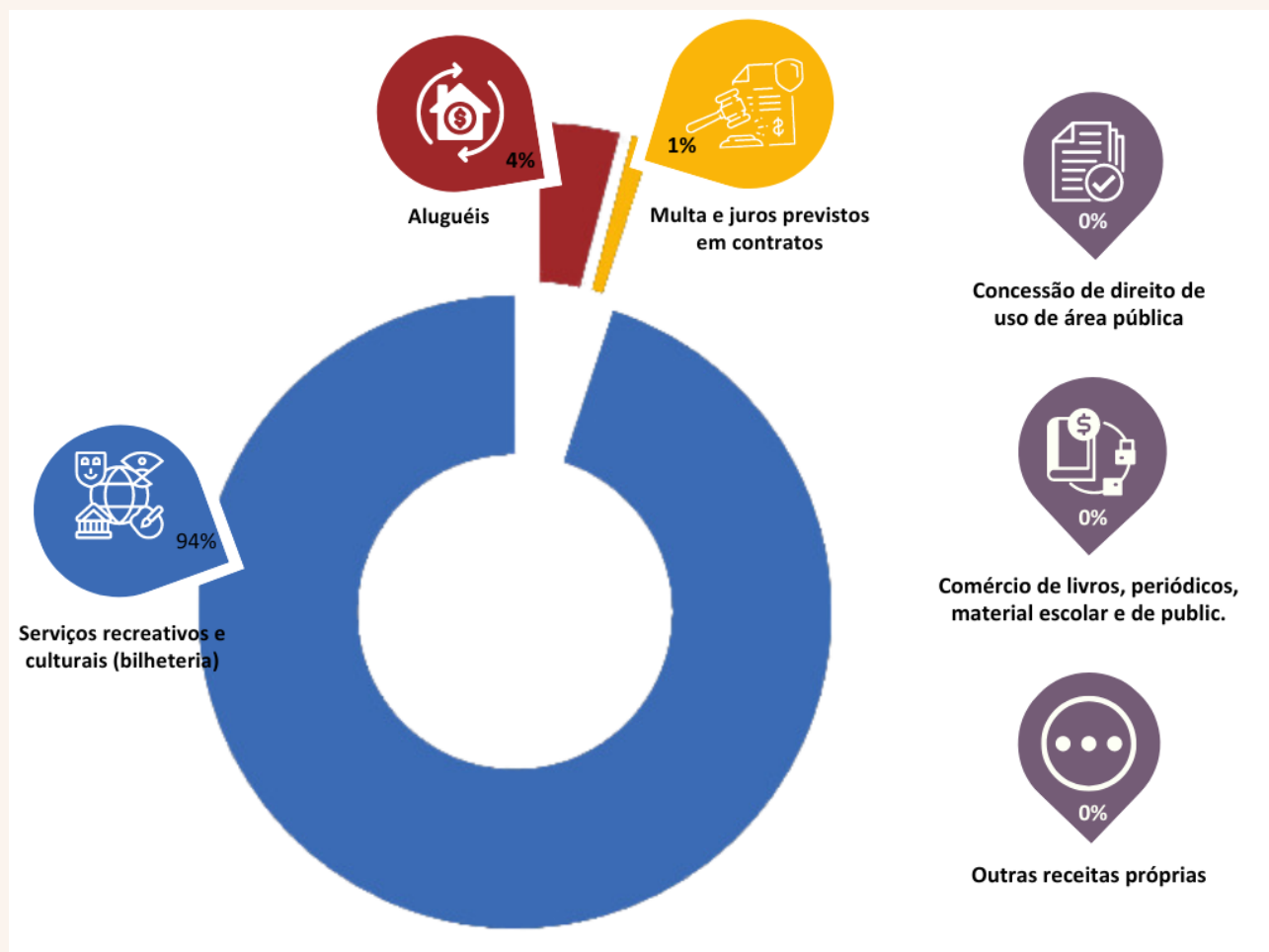
Tabela : Recursos Próprios (Arrecadação)

Mês Lançamento	dez/23	AV%
Aluguéis	76.815,25	4%
concessão de direito de uso de área pública	2.378,19	0%
comércio de livros, periódicos, material escolar e de public.	7.085,47	0%
multa e juros previstos em contratos	13.342,53	1%
serviços recreativos e culturais (bilheteria)	1.710.826,40	94%
outras receitas próprias	604,20	0%
<b>Total:</b>	<b>1.811.052,04</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

Percebe-se que da totalidade de arrecadações, a receita pela venda de ingressos é a mais expressiva e correspondeu a 94%, conforme demonstrado no Gráfico:

Figura : Recursos Próprios (Arrecadação)





## NOTA 02 – Demais Créditos e valores a Curto Prazo

Tabela : Demais Créditos Adiantamentos Concedidos

					R\$
CCon - Título (4)	Mês Lançamento	DEZ/2023	DEZ/2022	AV%	AH%
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13 SALARIO - ADIANTAMENTO	281.679,79	289.422,32	67,12	(2,68)
	ADIANTAMENTO DE FERIAS	-	-	0,00	-
	SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	137.956,3	85.549,83	32,88	61,26
	ADIANTAMENTO CONCEDIDO	-	-	-	-
	<b>Total</b>	<b>419.636,09</b>	<b>374.972,15</b>	<b>6,06</b>	<b>11,91</b>
OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO		6.507.126,46	627.500,00	93,94	936,99
<b>Total</b>		<b>6.926.762,55</b>	<b>1.002.472,15</b>	<b>100,00</b>	<b>590,97</b>

Fonte: Siafi

A conta "Adiantamentos Concedidos" compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo no que tange à folha de pessoal, com destaque para a conta de adiantamento de 13º salários detém mais de 67% do valor total da conta no que se refere à folha de pagamento. Importa ressaltar que a legislação em vigor concede ao servidor, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário cujo saldo adiantado é descontado proporcionalmente ao longo dos meses efetivamente trabalhados.

Vale ressaltar que os adiantamentos relativos à folha de pagamento representam apenas pouco menos de 33% em relação ao montante de Créditos de Adiantamentos Concedidos pelo Ibram. Sendo o restante formado por Termo de Execução Descentralizada.

A conta "Outros Créditos a Receber" se refere aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs), firmados com outros órgãos da Administração Federal, neste período temos 12 vigentes, muitos firmados no mês de dezembro, em comparação a apenas três no exercício anterior, o que justifica o aumento de pouco mais de 10 vezes no valor da conta de outros créditos a receber e de quase 7 vezes de aumento dos valores totais.

Entre os órgãos da Administração Federal com TEDs firmados temos: um deles com a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais – para reformulação da expografia do Museu da Inconfidência; outro com a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para desenvolvimento de pesquisas relativas ao campo museal; Dois

com a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, para realização de projeto de acervos digitais; outro com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, para a migração de dados do sistema de bibliotecas para melhor gerenciamento das bibliotecas do Ibram e realização de novo cadastro nacional de museus e Hub Digital do Ibram; outro com o IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro – para desenvolvimento em tecnologia para a investigação científica de bens culturais do Ibram; outro com a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco – para a nova exposição permanente no Museu da Abolição; outro com a UFMA – Fundação Universidade Federal do Maranhão – para a realização de exposição no Museu Alcântara; Dois com o IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte – para automação do inventário nacional e desenvolvimento de sistema para prover a gestão digital de processos de acervos de museus; outro com a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – para documentação museológica; e outro com a UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – para articulação de usuários no software Tainacan.

## NOTA 03 – Estoque

Tabela : Estoques – Ativo Circulante

R\$

<b>Mês Lançamento</b>	<b>DEZ/23</b>	<b>DEZ/22</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	-	30,00	-	(100,00)
Gêneros De Alimentação	17.007,97	18.065,09	7,66	(5,85)
Material De Caça E Pesca	77,97	77,97	0,04	-
Material p/ Festividades e Homenagens	50.239,30	56.108,02	22,64	(10,46)
Material de Expediente	14.571,04	23.982,63	6,57	(39,24)
Material de TIC - Material de Consumo	3.423,69	4.223,46	1,54	(18,94)
Material de Acondicionamento e Embalagem	2.616,20	3.087,32	1,18	(15,26)
Material de Copa e Cozinha	2.542,25	5.129,70	1,15	(50,44)
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	66,40	66,40	0,03	-
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	43.491,72	50.231,00	19,60	(13,42)
Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações	13.231,73	12.079,27	5,96	9,54
Material p/ Manutenção de Bens móveis	33.096,90	46.760,04	14,91	(29,22)
Material Elétrico e Eletrônico	9.270,24	9.150,93	4,18	1,30
Material de Proteção e Segurança	162,00	162,00	0,07	-
Material para Comunicações	731,60	858,56	0,33	(14,79)
Material Laboratorial	577,50	577,50	0,26	-
Material Hospitalar	2.615,00	-	1,18	-
Material p/ Manutenção de Veículos	1.815,30	1.915,34	0,82	(5,22)
Ferramentas	-	559,03	-	(100,00)
Material de Sinalização Visual e Outros	26.036,55	-	11,73	-
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	-	2.701,00	-	(100,00)
Discotecas e Filmotecas Não Imobilizável	360,00	894,21	0,16	(59,74)
<b>Total</b>	<b>221.933,36</b>	<b>236.659,47</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,22)</b>

Fonte: Siafi

A conta “Estoques” é composta por materiais cujo objetivo é suprir as unidades na sua prestação de serviço. Conforme demonstrado na Tabela 18, verifica-se que os itens mais significativos são “Materiais de Expediente” e “Material p/ Manut.de bens Imóveis/Instalações” com 22,6% e 19,6% respectivamente.

Na análise horizontal, comparando os períodos, verifica-se que ocorreu um decréscimo no total de 6,22%, onde houve decréscimos expressivos em diversas contas, algumas com o saldo sendo totalmente zerado, destaque para a conta “Bandeiras, Flâmulas e Insígnias”, que foi a conta com o maior saldo baixado.

O decréscimo não foi maior, pois apesar de a maioria das contas terem sofrido decréscimo, houve o surgimento da conta “Material Bibliográfico”, que sozinha representa mais de 10% do valor total da conta de Estoques.

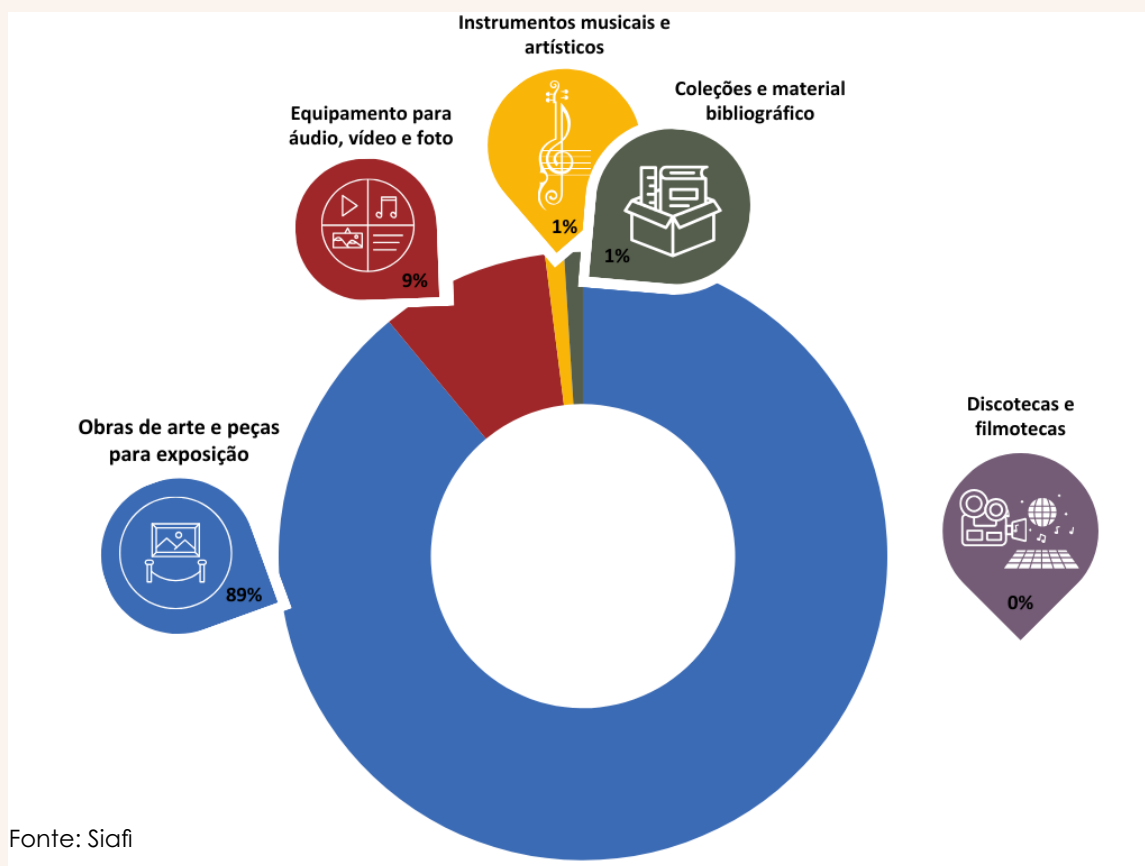
## Nota 04 – Bens Móveis

Tabela : Bens Móveis - Composição

				R\$
<b>Mês Lançamento</b>	<b>DEZ/23</b>	<b>DEZ/22</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.112.356,42	4.934.990,28	9,77	3,59
Bens de Informática	8.605.600,60	7.595.139,37	16,45	13,30
Móveis e Utensílios	10.711.386,81	10.581.457,18	20,47	1,23
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	25.693.760,85	25.572.796,34	49,11	0,47
Veículos	674.503,27	674.503,27	1,29	0,00
Demais Bens Móveis	1.518.662,22	1.516.417,24	2,90	0,15
<b>Valor Contábil Total</b>	<b>52.316.270,17</b>	<b>50.875.303,68</b>	<b>100</b>	<b>2,83</b>
Depreciação / Amortização Acumulada	-5.477.704,15	(88.712,64)	-10,47	6074,66
<b>Total</b>	<b>46.838.566,02</b>	<b>50.786.591,04</b>		<b>(7,77)</b>
Fonte: Siafi				

Dos bens móveis do Ibram, sobressai o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa 49% do valor total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição, coleções bibliográficas, instrumentos musicais e outros, que corresponde a 89%, conforme evidenciado no Gráfico:

Figura : Material Cultural, Educacional e de Comunicação



Contudo, a referida conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” permanece subavaliada, não correspondendo à realidade do acervo das unidades museológicas. Conforme identificado no Relatório de Inventário Anual, portanto, o saldo não fornece informações precisas ou fidedignas. Isso acontece devido à dificuldade que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte levando em conta a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade.

Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornaram obrigatórios e as unidades museológicas já estão envidando esforços para cumprir a norma a fim de que os registros dessa conta passem a expressar a realidade dos valores dos acervos e das peças que se encontram em nossos museus.

É possível observar também que houve grande variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada”, pois a conta foi atualizada depois de longo período inalterada trazendo consigo valores retroativos a exercícios anteriores. Também é devido à atualização da conta “Depreciação/Amortização Acumulada” que a conta de bens móveis teve um decréscimo de quase 8%.

## NOTA 05 – Bens Imóveis

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam quase a totalidade do valor da conta de Bens Imóveis, e compreendem os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Nota-se que houve uma diminuição de 43,33% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto da incorporação dos valores de obras finalizadas aos respectivos valores dos imóveis.

Dos bens imóveis que somam R\$ 439.895.121,95, estão com apenas 0,92% de valor depreciado, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

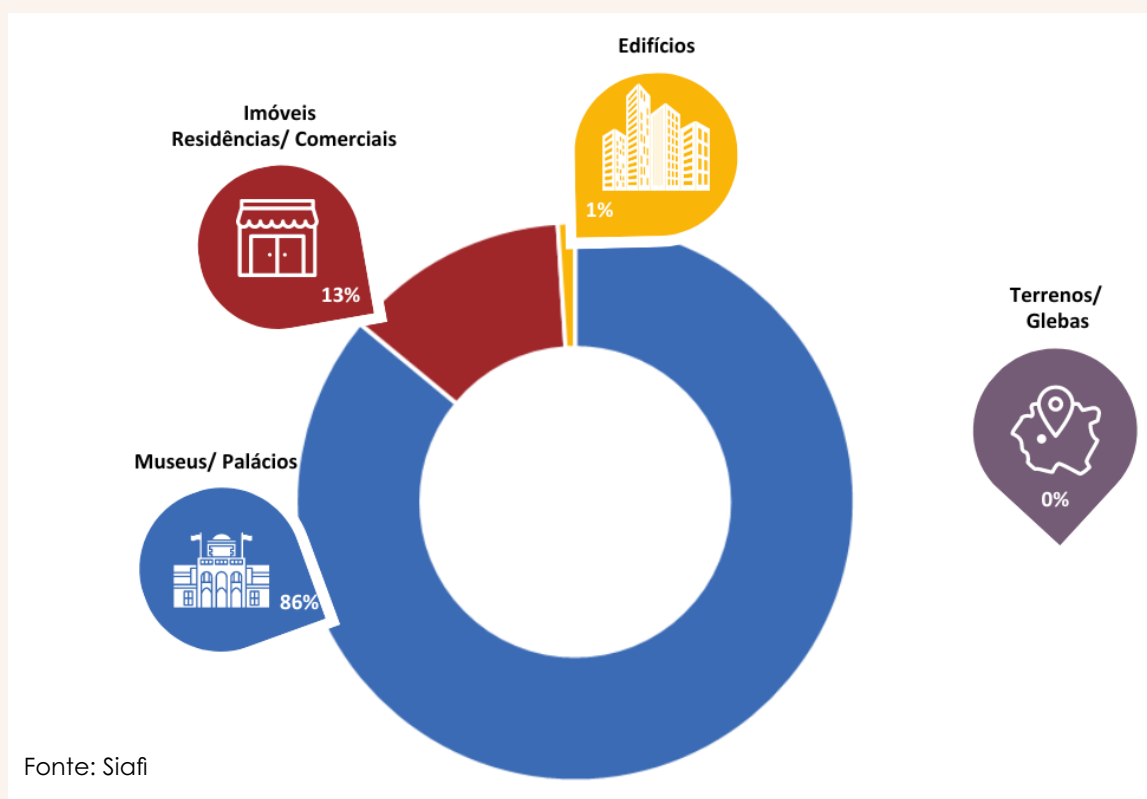
Percebe-se também que o valor da depreciação acumulada sofreu um decréscimo de 95,2%. Isto é devido a um ajuste de bens imóveis cadastrados no SPIUNet, conforme conciliação entre planilha encaminhada pela SPU e o Siafi.

Tabela : Bens Móveis - Composição

	R\$			
<b>Mês Lançamento</b>	<b>DEZ/23</b>	<b>DEZ/22</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Bens de Uso Especial	425.815.718,37	406.093.714,07	96,80	4,86
Bens Imóveis em Andamento	13.958.403,58	24.630.738,62	3,17	(43,33)
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,03	0,00
<b>Valor Contábil Total</b>	<b>439.895.121,95</b>	<b>430.845.452,69</b>	<b>100</b>	<b>2,10</b>
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(4.055.486,35)	(2.078.024,29)	-0,92	95,16
<b>Total</b>	<b>435.839.635,60</b>	<b>428.767.428,40</b>		<b>1,65</b>
Fonte: Siafi				

Dos bens de Uso Especial, destacam-se os “Museus e Palácios” que representam 87% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 13%, conforme Gráfico:

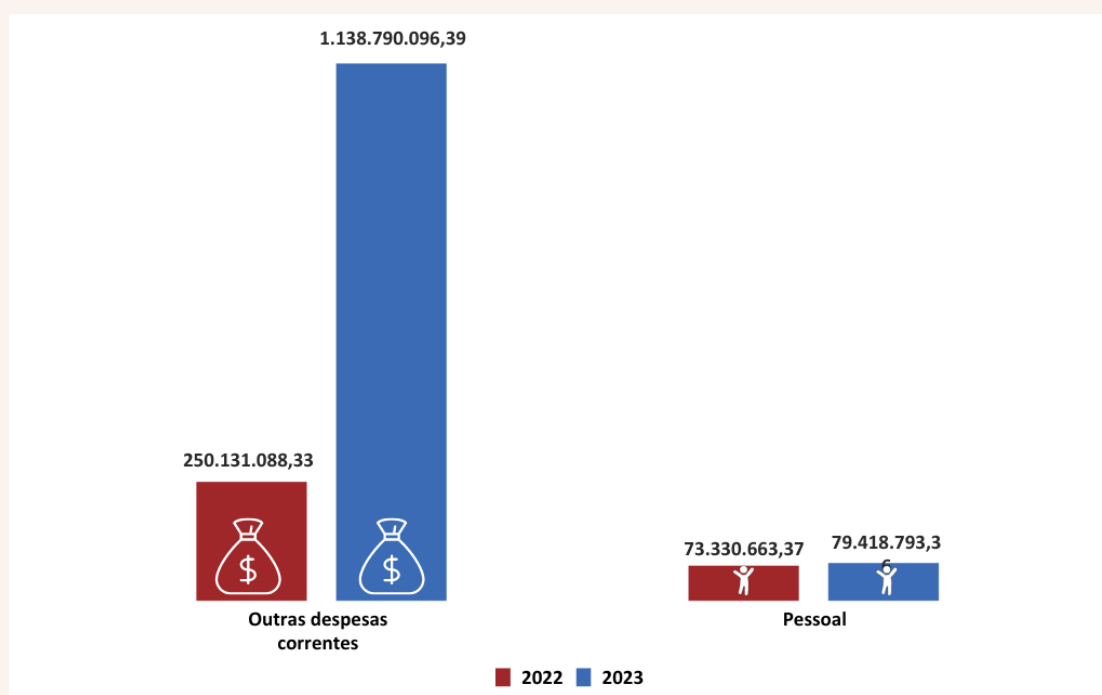
Figura : Bens de Uso Especial



## NOTA 06 – Despesa Orçamentária

Em se tratando da execução da despesa orçamentária de 2023, houve um aumento de 276,6% em relação ao exercício de 2022. As despesas de custeio aumentaram 355,3% em comparação ao exercício anterior, enquanto as despesas com pessoal e encargos aumentaram aproximadamente 8,3%, conforme verificamos no gráfico.

Figura : Despesas Correntes Empenhadas



Na parcela das despesas de custeio, o principal responsável pela queda geral nas despesas foi “Transferência e Delegações Concedidas” por contar com quase dois terços das despesas de custeio, obteve uma queda de aproximadamente 4,6%. Outros destaques são o aumento de 4,4% de material de consumo e 5,5% na prestação de serviços.

Tabela

				R\$
<b>Natureza Despesa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Materiais de consumo	261.832,30	329.913,04	0,02	-20,64
Serviços	78.798.738,15	72.019.842,40	6,92	9,41
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.172.939,58	370.267,03	0,19	486,86
Transferências e delegações Concedidas	1.034.036.546,50	165.242.144,20	90,80	525,77
Desvalorização de Ativos e incorporações de passivos	23.310.293,92	11.865.488,98	2,05	96,45
Tributos	36.982,20	65.121,43	0,00	-43,21
Outras despesas correntes	172.763,74	238.311,25	0,02	-27,51
<b>Total:</b>	<b>1.138.790.096,39</b>	<b>250.131.088,33</b>	<b>100</b>	<b>355,28</b>
Fonte: Siafi				

Na parcela das despesas de pessoal, ocorreu um acréscimo de 8,3%. Com um aumento expressivo em “Aposentadorias e pensões” de aproximadamente 11,4%, assim como um aumento de aproximadamente 8,2% em Vencimentos e Vantagens Fixas, apesar da diminuição expressiva de 30% na conta de outras despesas.

Tabela


				R\$
<b>Natureza Despesa</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>AV%</b>	<b>AH%</b>
Aposentadorias e Pensões	29.561.356,71	26.544.166,88	37,22	11,37
Vencimentos e vantagens Fixas	42.348.182,06	39.146.217,77	53,32	8,18
Obrigações Patronais	7.253.888,77	7.275.213,85	9,13	-0,29
Outras Despesas	255.365,82	365.064,87	0,32	-30,05
<b>Total</b>	<b>79.418.793,36</b>	<b>73.330.663,37</b>	<b>100</b>	<b>8,30</b>
Fonte Siafi				






## 3. Tabelas Extraídas do SIAFI

### 3.1 Balanço Patrimonial

<div><div>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</div></div>		EXERCICIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA		

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	16.389.936,19	13.324.996,90	PASSIVO CIRCULANTE	42.404.342,73	42.276.110,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	8.574.790,72	6.251.903,36
Créditos a Curto Prazo	6.928.702,55	1.002.472,15	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	6.928.702,55	1.002.472,15	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	929.797,89	4.269.848,85
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	221.933,36	236.659,47	Transferências Fiscais a Curto Prazo	355.000,00	1.211.209,71
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	32.544.754,12	30.543.148,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	482.768.302,04	479.650.772,77	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	20.449,16	27.102,01	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	20.449,16	27.102,01	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	20.449,16	27.102,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	42.404.342,73	42.276.110,78
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Demais Reservas	23.511.921,47	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados Acumulados	433.241.974,03	450.699.658,89
Imobilizado	482.678.201,62	479.554.019,50	Resultado do Exercício	-9.287.514,11	-2.287.181,39
Bens Móveis	46.838.566,02	50.780.591,10	Resultados de Exercícios Anteriores	447.597.468,02	442.746.095,13
Bens Móveis	52.316.270,17	50.875.303,74	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.087.979,88	10.220.125,15
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-5.477.704,15	-88.712,04	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	456.753.895,50	450.699.658,89
Bens Imóveis	435.839.635,00	428.767.428,40			
Bens Imóveis	430.865.121,95	430.845.452,09			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.055.486,35	-2.078.024,29			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	69.651,26	69.651,26			
Softwares	58.495,00	58.495,00			
Softwares	58.495,00	58.495,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

<div><div>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</div></div>		EXERCICIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA		


ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,26	11.156,26			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	11.156,26	11.156,26			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	499.158.238,23	492.975.769,67	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	499.158.238,23	492.975.769,67


QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	9.239.300,28	12.085.865,28	PASSIVO FINANCEIRO	54.806.799,65	39.786.188,66
ATIVO PERMANENTE	489.918.937,95	480.889.904,39	PASSIVO PERMANENTE	34.686.455,97	31.356.501,86
			SALDO PATRIMONIAL	409.662.982,61	421.833.079,15

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	37.935.880,11	35.253.969,97	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	76.406.618,40	58.371.084,52
Atos Potenciais Ativos	37.935.880,11	35.253.969,97	Atos Potenciais Passivos	76.406.618,40	58.371.084,52
Garantias e Contragarantias Recebidas	7.095.012,09	5.802.817,61	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	30.840.868,02	29.451.152,36	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	16.090.859,23	5.112.256,71
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	59.706.759,17	53.258.827,81
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	37.935.880,11	35.253.969,97	TOTAL	76.406.618,40	58.371.084,52

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
Recursos Ordinários			-18.150.778,03
Recursos Vinculados			-27.418.721,34
Previdência Social (RPPS)			-
Dívida Pública			-18.430.772,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			-8.987.949,34
TOTAL			-45.569.499,37

## 3.2 Demonstrações das variações patrimoniais

<div><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</div>		EXERCICIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PAGINA 1
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>1.208.972.641,46</b>	<b>321.197.387,52</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
<b>Contribuições</b>		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.797.105,31</b>	<b>1.294.865,93</b>
Venda de Mercadorias		7.085,47	11.815,30
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.790.019,84	1.283.050,63
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>1.193.202.170,68</b>	<b>316.891.092,04</b>
Transferências Intragovernamentais		815.928.847,72	315.240.855,73
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		377.275.322,96	1.650.236,31
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>13.807.466,61</b>	<b>2.901.871,13</b>
Reavaliação de Ativos		-	787.297,19
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		6.578.658,12	160.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos		7.228.808,49	1.954.573,04
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>165.898,86</b>	<b>109.558,42</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

<div><b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</div>		EXERCICIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PAGINA 2
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2023	2022
Subvenções Econômicas		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		165.898,86	109.558,42
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>1.218.240.155,57</b>	<b>323.464.548,91</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>49.857.436,65</b>	<b>46.786.496,49</b>
Remuneração a Pessoal		38.945.434,58	38.305.191,46
Encargos Patronais		7.253.888,77	7.275.213,85
Benefícios a Pessoal		3.402.747,48	2.941.026,31
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		255.365,82	365.064,87
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>29.561.356,71</b>	<b>26.544.166,88</b>
Aposentadorias e Reformas		27.414.291,35	24.622.448,88
Pensões		1.512.412,43	1.282.887,67
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		634.652,93	658.832,33
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>81.233.510,03</b>	<b>72.720.022,47</b>
Uso de Material de Consumo		261.832,30	329.613,04
Serviços		78.798.738,15	72.019.842,40
Depreciação, Amortização e Exaustão		2.172.939,58	370.267,03
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>31.265,82</b>	<b>2.797,21</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		31.265,82	2.797,21
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>1.034.036.546,50</b>	<b>165.242.144,20</b>
Transferências Intragovernamentais		649.883.548,24	159.056.320,24
Transferências Intergovernamentais		3.418.907,00	4.055.553,08
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		2.771.042,00	503.688,02
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		377.963.049,26	1.626.582,86
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>23.310.293,92</b>	<b>11.865.488,98</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		25.155,25	-
Incorporação de Passivos		8.575.551,42	8.479.638,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	14.709.597,25	3.385.850,51
Tributárias	36.982,20	65.121,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.671,31	12.875,56
Contribuições	33.310,89	52.245,87
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	172.763,74	238.311,25
Premiações	-	175.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	172.763,74	63.311,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-9.267.514,11	-2.267.161,39

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022

### 3.3 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	42000 - MINISTERIO DA CULTURA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	733.781,00	733.781,00	1.811.052,04	1.077.271,04
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profts.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11.588,00	11.588,00	79.193,44	67.605,44
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	722.193,00	722.193,00	1.717.911,87	995.718,87
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	13.946,73	13.946,73
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	13.942,53	13.942,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	604,20	604,20
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2023

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSION  
25/01/2024

PÁGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>733.781,00</b>	<b>733.781,00</b>	<b>1.811.052,04</b>	<b>1.077.271,04</b>
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>733.781,00</b>	<b>733.781,00</b>	<b>1.811.052,04</b>	<b>1.077.271,04</b>
DEFICIT	-	-	187.293.371,53	187.293.371,53
<b>TOTAL</b>	<b>733.781,00</b>	<b>733.781,00</b>	<b>189.104.423,57</b>	<b>188.370.642,57</b>
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-46.912.685,00	-	46.912.685,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-46.912.685,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	232.726.225,00	185.675.375,00	178.554.023,89	151.635.820,85	144.025.276,37	7.121.351,11
Pessoal e Encargos Sociais	70.409.083,00	73.606.186,00	73.494.232,06	73.445.165,66	67.901.132,75	111.953,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	162.317.142,00	112.069.189,00	105.059.791,83	78.190.655,19	76.124.143,62	7.009.397,17
DESPESAS DE CAPITAL	4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	-5.446.132,68
Investimentos	4.966.102,00	5.104.267,00	10.550.399,68	543.655,34	543.655,34	-5.446.132,68
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>237.692.327,00</b>	<b>190.779.642,00</b>	<b>189.104.423,57</b>	<b>152.179.476,19</b>	<b>144.568.931,71</b>	<b>1.675.218,43</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>237.692.327,00</b>	<b>190.779.642,00</b>	<b>189.104.423,57</b>	<b>152.179.476,19</b>	<b>144.568.931,71</b>	<b>1.675.218,43</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2023

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSION  
25/01/2024

PÁGINA  
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>TOTAL</b>	<b>237.692.327,00</b>	<b>190.779.642,00</b>	<b>189.104.423,57</b>	<b>152.179.476,19</b>	<b>144.568.931,71</b>	<b>1.675.218,43</b>


ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.445.995,75	15.788.237,83	10.785.652,65	10.785.638,31	3.205.412,48	5.243.182,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.445.995,75	15.788.237,83	10.785.652,65	10.785.638,31	3.205.412,48	5.243.182,79
DESPESAS DE CAPITAL	58.989,58	9.573.356,58	4.694.990,45	4.666.552,28	14.558,65	4.951.235,23
Investimentos	58.989,58	9.573.356,58	4.694.990,45	4.666.552,28	14.558,65	4.951.235,23
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.504.985,33</b>	<b>25.361.594,41</b>	<b>15.480.643,10</b>	<b>15.452.190,59</b>	<b>3.219.971,13</b>	<b>10.194.418,02</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	26.682,23	10.807.076,56	10.776.064,71	2.319,95	55.374,13
Pessoal e Encargos Sociais	16.220,31	4.573.301,43	4.568.658,95	-	20.862,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.461,92	6.233.775,13	6.207.405,76	2.319,95	34.511,34
DESPESAS DE CAPITAL	-	65.921,71	65.920,71	-	1,00
Investimentos	-	65.921,71	65.920,71	-	1,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.682,23</b>	<b>10.872.998,27</b>	<b>10.841.985,42</b>	<b>2.319,95</b>	<b>55.375,13</b>

### 3.4 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2023

PERÍODO

Anual

EMISSÃO

25/01/2024

PÁGINA

1

TÍTULO

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA


ÓRGÃO SUPERIOR

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	1.811.052,04	1.298.199,09	Despesas Orçamentárias	189.104.423,57	165.011.887,47
Ordinárias	-	-	Ordinárias	116.225.510,27	128.236.245,04
Vinculadas	1.811.052,04	1.298.199,09	Vinculadas	72.878.913,30	36.775.642,43
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	27.517.473,13	1.506.182,20
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	22.935.289,14
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.811.052,04	-	Dívida Pública	38.573.590,89	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	1.298.199,09	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.787.879,28	-
Recursos Não Classificados	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	12.244.191,09
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
	-	-	Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	352.351.902,18	315.240.855,73	Transferências Financeiras Concedidas	186.307.151,52	159.006.457,34
Resultantes da Execução Orçamentária	316.505.994,56	278.202.807,01	Resultantes da Execução Orçamentária	167.590.399,57	139.849.181,02
Repasse Recebido	154.899.811,76	138.931.104,33	Repasse Concedido	5.774.186,77	577.678,34
Sub-repasse Recebido	161.816.182,80	139.271.502,68	Sub-repasse Concedido	161.816.182,80	139.271.502,68
Independentes da Execução Orçamentária	35.845.907,62	37.038.248,72	Independentes da Execução Orçamentária	18.710.781,95	19.157.276,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	34.709.293,15	37.006.440,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.400.281,30	19.009.753,50
Demais Transferências Recebidas	-	3.772,38	Demais Transferências Concedidas	-	37.152,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	51.945,09	28.035,67	Movimento de Saldos Patrimoniais	171.852,17	110.370,81
Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.668,48	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	1.084.668,48	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	44.741.444,77	35.966.627,93	Pagamentos Extraorçamentários	26.339.388,90	23.952.923,15
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.610.544,48	10.407.240,40	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	10.841.985,42	5.850.833,11
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	38.924.947,38	25.361.594,41	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.452.190,59	17.935.316,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	46.897,93	91.567,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	43.701,71	116.911,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários	159.054,98	106.225,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.451,18	49.862,90
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	450,00	-	Demais Pagamentos	1.451,18	49.862,90
Arrecadação de Outra Unidade	158.804,98	108.225,28		-	-
Saldo do Exercício Anterior	12.085.865,28	7.551.450,49	Saldo para o Exercício Seguinte	9.239.300,28	12.085.865,28
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.085.865,28	7.551.450,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.239.300,28	12.085.865,28
TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24	TOTAL	410.990.264,27	360.057.133,24

### 3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO

2023

PERÍODO

Anual

TÍTULO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO

42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR

42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA

EMISSÃO


25/01/2024

PÁGINA

1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.823.709,95	12.606.504,14
INGRESSOS	354.368.457,13	316.736.847,94
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	79.193,44	34.509,63
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.717.911,87	1.260.356,30
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	13.946,73	3.333,16
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	352.557.405,09	315.438.648,85
Ingressos Extraorçamentários	46.897,93	91.567,88
Transferências Financeiras Recebidas	352.351.902,18	315.240.855,73
Arrecadação de Outra Unidade	158.804,98	106.225,28
DESEMBOLSOS	-352.544.747,18	-364.130.343,80
Pessoal e Demais Despesas	-151.852.140,06	-134.356.093,30
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-5.000,00	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-27.479.780,15	-24.749.975,80
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-124.325.617,64	-109.089.208,73
Direitos da Cidadania	-42.102,27	-518.908,97
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 25/01/2024	PÁGINA 2
SUBTÍTULO	42007 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - AUTARQUIA	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ÓRGÃO SUPERIOR	42000 - MINISTÉRIO DA CULTURA		

	2023	2022
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Secadas - Cartão de Pagamento	450,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-14.340.242,71	-19.601.019,23
Intergovernamentais	-219.100,00	-100.000,00
A Estados e/ou Distrito Federal	-219.100,00	-100.000,00
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-7.294.084,00	-7.252.067,84
Outras Transferências Concedidas	-8.827.058,71	-3.248.951,39
Outros Desembolsos Operacionais	-586.362.364,41	-559.173.224,27
Despêndios Extrabudgetários	-43.781,71	-116.011,03
Transferências Financeiras Concedidas	-196.307.191,52	-150.006.457,34
Demais Pagamentos	-1.451,18	-49.052,80
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-4.670.274,95</b>	<b>-8.072.089,35</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-4.670.274,95</b>	<b>-8.072.089,35</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.670.274,95	-8.072.089,35
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-2.846.565,00</b>	<b>4.534.414,79</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>12.085.865,28</b>	<b>7.551.450,49</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>9.239.300,28</b>	<b>12.085.865,28</b>

## 3.6 Base normativa

Lei n.º 10.180/2001: Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

Decreto n.º 6.976/2009: Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Regulamenta o Sistema de Contabilidade Federal criado pela Lei n.º 10.180/2001 e define as e as responsabilidades pela conformidade contábil tanto no âmbito das setoriais contábeis de UG e de órgão, como de órgão superior.

Instrução Normativa STN n.º 6 de 2007: Disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão.

Macrofunção 02.03.15: Estabelece os procedimentos relativos ao registro da Conformidade Contábil e revoga os artigos 1º ao 5º da Instrução Normativa da STN nº 06, de 31 de outubro de 2007.

Tabela: Responsáveis

Responsáveis			Períodos de Responsabilidade
Nome	Função Gerencial	Tipo	Período
Fernanda Santana Rabello de Castro	Presidenta	Titular	07/02/2023 -31/12/2023
Marcelo de Mello Ribeiro	Presidente	Substituto	01 a 12/01/2023
Fernanda Santana Rabello de Castro	Presidenta	Substituta	13/01/2023 a 06/02/2023
Michel Rocha Correia	Presidente	Substituto	14/02/2023 a 16/09/2023
Mirela Leite de Araujo	Presidenta	Substituta	17 a 22/09/2023
Michel Rocha Correia	Presidente	Substituto	23/09/2023 a 09/11/2023
Mirela Leite de Araujo	Presidenta	Substituta	10/11/2023 a 15/11/2023
Michel Rocha Correia	Presidente	Substituto	16/11/2023 a 31/12/2023
Maria Angelica Gonsalves Correa	Diretora DPGI	Titular	08/03/2023 a 31/12/2023
Marcelo Helder Maciel Ferreira	Diretor DPGI	Substituto	01/01/2023 a 07/02/2023
Edson Luiz Gandra dos Santos	Diretor DPGI	Substituto	08/02/2023 a 31/12/2023
Rebeca Debora Finguermann	Diretora DPMUS	Titular	01/01 a 25/01/2023
Mirela Leite de Araujo	Diretora DPMUS	Titular	05/04/2023 a 31/12/2023
Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa	Diretor DPMUS	Substituto	01 a 08/01/2023
Rafaela Alves Felicio	Diretora DPMUS	Substituta	09/01/2023 a 20/01/2023
Ricardo Alfredo de Carvalho Rosa	Diretor DPMUS	Substituto	21/01/2023 a 05/07/2023
Rafaela Alves Felicio	Diretora DPMUS	Substituta	06/07/2023 31/12/2023
Carla Janne Farias Cruz	Diretora DDFEM	Titular	01/01/2023 a 25/01/2023
Joel Santana da Gama	Diretor DDFEM	Titular	27/06/2023 a 31/12/2023
Adana de Abreu Rodrigues Teixeira	Diretora DDFEM	Substituta	01/01/2023 a 31/12/2023
Alexandre Cesar Avelino Feitosa	Coordenador CGSIM	Titular	01/01/2023 a 25/01/2023
Dalton Lopes Martins	Coordenador CGSIM	Titular	29/05/2023 a 31/12/2023
Patrícia da Cunha Albernaz	Coordenador CGSIM	Substituta	01/01/2023 a 03/04/2023
José Murilo Costa Carvalho Junior	Coordenador CGSIM	Substituto	04/04/2023 a 31/12/2023



# Instituto Brasileiro de Museus



MINISTÉRIO DA  
CULTURA

